

EDITAL DE LEILÃO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS

O(A) Dr. André Pasquale Rocco Scavone, M.M.^o. Juiz de Direito da 2^a Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo - SP, **FAZ SABER** a todos quanto a este edital virem ou dele conhecimento tiverem, com fulcro nos arts. 879 a 903, do CPC (Lei n^o 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016 e arts. 250 e seguintes das Normas de Serviços da Corregedoria Geral do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que o leiloeiro nomeado, Wesley Oliveira Ascanio, matriculado na JUCESP sob o n^o 1.137, devidamente homologado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio da plataforma eletrônica www.tabaleiloes.com.br, levará a público para venda e arrematação o bem descrito abaixo de acordo com as regras expostas a seguir.

PROCESSO: 1004848-30.2014.8.26.0161. EXEQUENTE: Santana S/A Crédito Financiamento e Investimento. **EXECUTADO:** Capa Centro de Aplicações Plásticas Anticorrosivas Ltda. e Roberta Ramos Russo. **INTERESSADO:** Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

LEILÃO/DATAS: O 1^o leilão terá início em **16/03/2026 às 14:00** com encerramento em **19/03/2026 às 14:00** com lances a partir do valor da avaliação atualizada. Caso não haja lance no 1^o Leilão, terá início imediatamente o 2^o Leilão, que se encerrará em **08/04/2026 às 14:00**, com lances a partir de **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizada.

SISTEMA: Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do www.tabaleiloes.com.br, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias dos seguintes documentos: I – Pessoa Física: RG, CPF e comprovante de endereço (certidão de casamento se casado for); II – Pessoa Jurídica: Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais do sócio (RG e CPF) ou procuração, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais. Caberá ao Leiloeiro do sistema de alienação judicial eletrônica a definição dos critérios de participação na alienação judicial eletrônica com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances. (art. 14, da resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça).

LANCES: Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais do leilão, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances.

BEM(NS): Lote 1 - Um galpão industrial sob o n^o 121 da Rua Pedro Zolcsak, antiga Estrada do Vergueiro, e seu respectivo terreno de forma irregular, situado na Gleba "A" do Bairro Ponto Alto, localizado na Rua Pedro Zolcsak, esquina com a Rua João Antônio de Souza, com as seguintes medidas e confrontações: mede 59,29 metros de frente para a Rua Pedro Zolcsak; mede 6,75 metros em curva na esquina formada pelas Ruas Pedro Zolcsak e João Antônio de Souza; do lado esquerdo, de quem da Rua Pedro Zolcsak olha para o imóvel, mede 15 metros, confrontando com Júlia de Souza Mauro; do lado direito, sob o mesmo ponto de orientação, mede 47,16 metros, confrontando com o alinhamento predial da Rua João Antônio de Souza; e nos fundos mede 48,00 metros, confrontando com o prédio de n^o 1.600 da Avenida Doutor José Fornari, encerrando a área de 1.925,13 metros quadrados. Inscrição imobiliária n^o: 026.043.008.000. Matrícula n^o 143.679 do 1^o Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo - SP. Endereço: Rua Pedro Zolcsak, 121, Ferrazópolis, São Bernardo do Campo – SP.

VALOR DE AVALIAÇÃO: R\$ 5.450.000,00 (cinco milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais), avaliado em agosto de 2019.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R\$ 7.771.040,85 (sete milhões, setecentos e setenta e um mil, quarenta reais e oitenta e cinco centavos), atualizado em fevereiro de 2026, de acordo com a Tabela Prática para Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP (INPC), e que poderá ser atualizado até a data da arrematação para que não seja caracterizado preço vil.

ÔNUS: Consta na matrícula do imóvel: **Indisponibilidades:** Av.24 – processo nº 10012255320175020263, Av.23 – processo nº 00020034820145020262. **Penhoras:** Av.18 – processo nº 1035974- 87.2014.8.26.0100 – 2ª Vara Cível do Foro Regional XV Butantã da Comarca de São Paulo/SP; Av.11 – processo nº 1001385-12.2016.8.26.0161 – 3º Ofício da Comarca de Diadema/SP; Av.10 – processo nº 1002885-34.2015.8.26.0037 – 4º Ofício Cível de Araraquara/SP; Av. 09 – presente demanda; Av. 07 – processo nº 1004807-63.2014.8.26.0161 –4º Ofício de Diadema/SP; Av.06 – processo nº 1004848-30.2014.8.26.0161 – 2ª Vara Cível da Comarca de Diadema; Av.05 – processo nº 1006499-97.2014.8.26.0161. Av.13 – Reabilitação para uso com restrição das águas subterrâneas.

DA PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 843, § 1º, do CPC, a quota parte do coproprietário/cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, sendo que o mesmo terá a preferência na arrematação, devendo concorrer no leilão, em igualdade de condições, visando possibilitar a livre concorrência, devendo ainda se habilitar para participar do leilão. Existindo disputa, o coproprietário poderá solicitar ao Leiloeiro (através do e-mail: contato@tabaleiloes.com.br, antes do início do certame) o seu direito de igualar o lance de terceiro, nos termos previsto do artigo 892, § 2º do CPC.

BAIXA DE PENHORAS E DEMAIS ÔNUS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades e/ou outros ônus, serão todos cancelados junto ao órgão local, pelo M.M. Juízo comitente do leilão, através da expedição do competente mandado de cancelamento.

DÉBITOS E OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE: Eventuais débitos de IPTU/ITR, foro e laudêmio, quando aplicáveis, incidentes até a data da praça, serão pagos com o produto da venda, nos termos do art. 130, parágrafo único, do CTN. O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, cabendo ao arrematante verificar a situação documental e promover eventuais regularizações necessárias. Os atos necessários à expedição da carta de arrematação, registro imobiliário, recolhimento de ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante, conforme arts. 901, caput, §§ 1º e 2º, e 908, § 1º do CPC. Os valores da avaliação e dos débitos serão atualizados até a data da efetiva praça.

PAGAMENTO DO LOTE: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, CPC.). Havendo indisponibilidade nos sistemas bancários ou necessidade de liberações de aplicações financeiras, o pagamento poderá ser prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) horas.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da realização do leilão. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for

desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante.

INADIMPLEMENTO: Em caso de falta de pagamento ou desistência imotivada do arrematante a qualquer momento, será cobrada multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação em favor da leiloeira, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa, bem como poderá ainda a Leiloeira emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

ARREMATAÇÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias a diferença (art. 892, §1º, CPC.). Na hipótese de arrematação pelo crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao leiloeiro.

ACORDO OU REMIÇÃO: Após a publicação do edital, em caso de acordo ou remição, fica o executado obrigado a pagar a comissão devida ao Leiloeiro de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor do acordo/pagamento entabulado. No caso de leilão de bem hipotecado, o executado poderá remi-lo até a assinatura do auto de arrematação, oferecendo preço igual ao do maior lance oferecido (art. 902 do CPC).

CIENTIFICAÇÃO e PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado no site www.tabaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, CPC, suprindo eventual insucesso nas intimações pessoais de todas as partes e interessados, ficando-os intimados, caso não sejam localizados no endereço informado nos autos, não podendo alegar desconhecimento diante da publicidade em rede mundial de computadores.

PENALIDADES: Aquele que tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - arts. 186 e 927 do C.C., ficará sujeito às penalidades do artigo 358 do C.P.: Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: www.tabaleiloes.com.br ou Telefone/WhatsApp (11) 3249-4680.

André Pasquale Rocco Scavone
JUIZ(A) DE DIREITO